

TRAJETÓRIAS DE UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO CONTINUADA POR MEIO DA CONSULTORIA COLABORATIVA

Capellini, Vera Lúcia Messias Fialho

Fonseca, Kátia Abreu

Universidade Estadual Paulista “Julio de Mesquita Filho” – UNESP-FC/Bauru

APOIO: FAPESP

verinha@fc.unesp.br

A educação de acordo com dispositivos legais em nosso país é um direito fundamental de natureza social.

Entender a educação como direito humano diz respeito a considerar que as pessoas se diferenciam dos outros seres vivos por uma característica única do ser humano: a habilidade de produzir conhecimento e, por meio dele, transformar, organizar-se e rever valores. Nesse sentido, fica claro que a educação tem um papel fundamental para criar uma cultura de respeito à vida e à dignidade humana, combatendo preconceitos e a discriminação (MENDOZA et al, 2008).

Este direito é apresentado pela Constituição Federal do Brasil (Brasil, 1988), em seus artigos 205 a 214, que determinam como deve concretizar este direito, seus princípios, objetivos e os deveres de cada instância, sendo elas: Federal, Estaduais e Municipais.

Hoje a ordem mundial, abrange uma visão educacional decorrente de resultados positivos mensurados por estatísticas que nem sempre condiz com a realidade apresentada precisamente pela forma não estruturada de políticas públicas de fiscalização, emprego e manutenção de recursos para a garantia do direito fundamental de natureza social a qual a educação está envolvida. Não havendo ações da garantia dos direitos individuais, a saber das condições do educando, a educação assume a postura de homogeneização da educação considerando todos os educando iguais, capazes de aprender da mesma forma para alcançar o mesmo fim, deixando de considerar a individualidade de cada educando em suas condições sensoriais, físicas, intelectuais, comportamentais, sociais e até mesmo as emocionais, pois cada educando tem um estilo de aprendizagem e requer diferentes estratégias para atingir os objetivos propostos pela escola e garantido por Leis. Uma forma de garantia desses direito é a escola possibilitar aos educandos o acesso aos conhecimentos historicamente construído e devidamente sistematizado para este fim.

A função escolar de emancipação deve ser trabalhada com todos os educandos, essa ação que demonstrará se a instituição é de fato inclusiva e

que respeita a individualidade de cada um a partir de ações para todos, oportunizando uma educação de qualidade.

Denomina-se, então, escola inclusiva, aquela que garante esse processo a cada um de seus alunos, reconhecendo a diversidade que os constitui, respeitando essa diversidade e respondendo a cada um de acordo com suas peculiaridades e necessidades (BRASIL, 2003).

A escola deve respeitar as diferenças individuais e saber que toda criança é capaz de atingir o máximo, mesmo que o máximo dele seja diferente do outro, sendo assim a escola como espaço inclusivo deve ter por desafio o sucesso de todos os seus alunos sem exceção.

Pacheco (2007), afirma que a inclusão pressupõe que a escola se ajuste a todos os educandos que desejam matricular-se em sua localidade, ao invés de esperar que determinado educando, com deficiência, se ajuste à escola. Corroborando com esta ideia Capellini, 2004, ressalta que:

A escola deve se reestruturar de forma que possa garantir que cada ação pedagógica contribua para com o processo de aprendizagem de cada aluno, tendo em vista que as ações de hoje devem ser conseqüências dos efeitos das ações anteriores e norteadores dos planejamentos das próximas ações (p.52).

Essa reestruturação deve definir os meios, ou seja, o caminho, ou ainda as ações e estratégia aos quais a instituição vai propor para ter êxito com seu objetivo final, a aprendizagem de todos os alunos consequentemente sua emancipação como cidadão, garantindo seus direitos. Quaresma (2010, p.935) corrobora enfatizando que “a ciência da cidadania é uma visão esclarecida da vida de direitos e deveres e depende, precipuamente de educação, considerando o pressuposto básico para qualquer mudança na sociedade. Porém para que de fato os direitos dos educandos sejam ratificados é preciso que os profissionais da educação, entende-se os professores, tenham uma visão desafiadora para eliminação da manutenção de um sistema que perpetua a exclusão, mesmo que esta se apresente de maneira camuflada dos educandos com deficiências participantes da escola comum. Camuflada, pois a mera inserção desta pessoa na escola não garante a sua efetiva participação na comunidade escolar, para isso é necessário que os professores rompam com preconceitos muitas vezes enraizados e acumulado em sua história de vida, onde presenciou ou até mesmo vivenciou situações de não valia de seus direitos e o caráter obrigatório de cumprir seu dever.

Por esta razão um dos maiores desafios para a escola se tornar inclusiva seja: como pensar a escola atual e viabilizar ações para sua transformação sem a colaboração de outros seguimentos da sociedade? Este desafio perpassa pelo processo de formação continuada em serviço dos professores que ainda apresentam insegurança para essa realização. O atendimento às necessidades de cada um *“é determinação privilegiada nos últimos anos, podemos afirmar que ainda há muitos professores dos sistemas de ensino com pouca familiaridade teórica e prática sobre o assunto”* (PRIETO, 2007, p.8).

Santos (2004) e Arsenio (2007) a partir de suas pesquisas concluíram que a formação dos professores é essencial para as escolas se tornarem inclusivas. Jesus (2007) corrobora tal premissa a partir de um estudo que realizou sobre educação inclusiva que demonstrou que a formação em serviço de forma colaborativa melhora o desempenho da escola. Neste sentido, Mendes, Toyoda e Bisaccione (2007) concordam com os estudos acima e afirmam que a consultoria colaborativa é uma estratégia em ascensão tanto para formação continuada, quanto para formação inicial.

Huntington (2008) diagnosticou competências necessárias para um bom desempenho dos educadores das escolas inclusivas que seriam: sensibilidade à questões de equidade e sistemas de valores/crenças; características pessoais; resolução colaborativa dos problemas; avaliação da efetividade da consultoria; comunicação interativa; teoria favorável à consultoria/ao modelo; e a mudança. A principal conclusão do autor é que os professores não julgam possuir todas as competências necessárias para o trabalho colaborativo nas escolas, e que eles precisam ser formados em tais competências, sendo as universidades formadoras destes profissionais as responsáveis por preencher esta lacuna.

Zeichner propõe a prática reflexiva do professor e sua atuação enquanto professor pesquisador na construção de saberes a partir de sua prática, este pressuposto indica que a partir de suas ideias é possível um novo olhar sobre a formação de professores.

Nesta perspectiva, Pimenta (1999) argumenta que o professor sozinho não consegue refletir a sua prática docente, sendo necessária uma discussão em grupo e de maneira colaborativa. Depreende-se daí, que o processo de formação do profissional deve ser em ambiente escolar e coletivo, envolvendo todos os participantes do processo.

A proposta presente na literatura tem sido a de levar o trabalho de especialistas para dentro da escola, no modelo denominado como consultoria colaborativa. Tal modelo surgiu a partir de problemas vivenciados por equipes escolares, e que visavam dar resposta às dificuldades de atender às necessidades de todos os alunos. Por conseguinte, a consultoria colaborativa com vista ao desenvolvimento profissional vem sendo apontada em diversos estudos como uma técnica eficaz (ERCHUL, 1999; IDOL, PAOLUCCI-WHITCOMB E NEVIN, 2000; DANIELS,NORWICH, CREESE, 2000; KAMPWIRTH, 2003; ERCHULL, RAVEN E WILSON, 2004). Idol, Paolucci-Withcomb e Nevin (2000, p. 1) definiram consultoria colaborativa como sendo:

[...] um processo interativo que habilita pessoas com diversas competências para gerar soluções criativas para mutuamente definirem os problemas. O resultado é valorizado, alterado, e produz soluções que são diferentes daquelas que membros de uma equipe poderiam produzir independentemente. A maior consequência da consultoria colaborativa é fornecer programas abrangentes e efetivos para estudantes com necessidades especiais dentro do mais apropriado contexto, por isso os possibilitando alcançar a máxima interação construtiva com seus pares não diferentes.

Segundo Friend e Cook (1990) são condições necessárias para que ocorra colaboração: a) existência de um objetivo comum; b) equivalência entre participantes; c) participação de todos; d) compartilhamento de responsabilidade; e) compartilhamento de recursos e f) voluntarismo. Na mesma perspectiva Caplan e Caplan (1993) destacam que as características básicas da consultoria colaborativa são: a) o relacionamento entre o consultor e o consultante é coordenado e não hierárquico; b) a relação de trabalho deve ser igualitária entre pares; c) é usualmente conduzida como uma pequena série de entrevistas; o consultor não se envolve em problemas pessoais do consultante; d) o processo de consultoria deve ser centrado ao redor dos problemas relatados e não dos questionamentos intrapessoais do consultado; e) um objetivo em longo prazo de toda consultoria é melhorar o trabalho do consultado.

Enquanto pesquisadores é notório que a inquietação, a dúvida, a provocação de novas ideias, a utilização de novos métodos que busquem soluções para problemas reais da sociedade venham a impulsionar novos desafios. Ademais, a produção do conhecimento e sua aplicação à comunidade é meta das universidades públicas, as quais priorizam, especialmente, o atendimento das demandas dos diferentes segmentos da sociedade, na busca de solucionar os problemas concretos e desenvolver as

potencialidades dos envolvidos, para a melhoria da qualidade de vida da população.

Metodologia

Na área educacional tem sido considerado cada vez mais importante a necessidade de conhecer e explicar, com caráter científico, a natureza dos fenômenos educativos. Portanto, este trabalho tem por objetivo adotar uma abordagem predominantemente qualitativa, que segundo Bogdan e Biklen (1994, p. 11) é *“uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais”*.

A proposta de parceria nas pesquisas educacionais entre escolas e universidades em torno de um objetivo comum não é recente. Clark (1988), estudando a relação escola-universidade nos Estados Unidos, encontrou registros de experiência deste tipo desde o século XIX, destacando que a participação do professor atualmente se dá como parceiro nos estudos denominados de pesquisa ação.

No Brasil, experiências como as de André (1995), Giovanni (1998) e Capellini (2004) têm apontado as relações de parceria e colaboração entre pesquisadores e professores como um avanço, tanto do ponto de vista da metodologia da pesquisa e do ensino, quanto do ponto de vista da produção e transmissão do conhecimento. De acordo com Clark, et al (1996) constitui tarefa precípua da pesquisa colaborativa, promover o desenvolvimento mútuo e a mudança de atitudes de ambas as partes envolvidas - pesquisadores e professores.

O estudo aqui relatado é realizado em uma escola pública do ensino fundamental do município de Bauru, interior do estado de São Paulo, Brasil, que atende alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais e apresenta interesse da equipe escolar em sustentar ações pedagógicas inclusivas. A escola tem uma equipe efetiva, fator este que facilitará a realização da pesquisa, por apresentar maior estabilidade dos participantes.

São participantes do estudo toda a equipe escolar (31 pessoas), todos os educandos da escola em ações inclusivas, na etapa de avaliação do TDE e em uma amostra na entrevista. Os pais também participam de duas formas, 100% dos responsáveis responderam um questionário e uma amostra concedendo entrevista. A amostra de pais e alunos, para a efetivação das entrevistas, será sorteada aleatoriamente, seguindo a tabela de Estimativa adaptado de Krejcie & Morgan, 1970, que compreende em uma população de

500 alunos N=215, pois assim teremos representatividade e significância, esta etapa ainda não foi realizada. Percebemos disposição e vontade por parte dos participantes da pesquisa, inclusive incentivando aos participantes com função de apoio escolar (servente e merendeira) a se matricularem em cursos de graduação em busca de formação superior. Todos os professores participantes (25) têm graduação e hoje de todos os participantes apenas duas não estão matriculadas em curso de graduação.

Para concretização do projeto exposto foram necessários materiais variados como: filmadora, máquina fotográfica, CDs, gravador, projetor multimídia, microcomputador, material de escritório e escolar e fotocópias.

Também foram necessários a utilização de diversos instrumentos para a coleta de dados e separados de acordo com as características dos participantes, sendo eles:

Para a coleta de dados com os alunos:

- Teste de Desempenho Escolar – TDE (protocolo e caderno de questões). Trata-se de um instrumento de avaliação formal, desenvolvido por Stein (1994) e que busca oferecer, de forma objetiva, uma avaliação das capacidades para o desempenho escolar, mais especificamente da escrita, aritmética e leitura. O teste foi concebido para a avaliação de escolares de 1ª a 6ª séries do Ensino Fundamental. Este instrumento será reproduzido por meio de fotocópias e aplicado nos alunos.
- Roteiro semi-estruturado para entrevista. A entrevista realizada com uma amostra dos educandos será audiogravada em um gravador de voz e posteriormente transcrita.

Para coleta de dados com a equipe escolar:

- Questionário – para avaliação inicial e final das percepções da equipe escolar. Os questionários serão fotocopiados para cada membro da equipe escolar. Este questionário contém questões abertas e fechadas sobre o perfil do profissional, a atuação na escola, a gestão democrática, a educação inclusiva e a satisfação e avaliação do trabalho desenvolvido.
- Diário de campo – cada participante fará semanalmente uma narrativa de episódios de sua prática durante toda a intervenção, os quais serão sorteados para análise.
- Filmagem de episódios das práticas desenvolvidas e de alguns encontros de formação.
- Gravação em áudio dos encontros de formação.

Para coleta de dados com os pais:

- Roteiro de entrevista
- Questionário fechado com 5 alternativas para os pais responderem sobre a satisfação da escola e informações para a elaboração do PPP
- A entrevista com uma amostra de pais será audiogravada em um gravador de voz e posteriormente transcrita.

Para coleta de dados da intervenção:

- Roteiro para análise das gravações em áudio de todas as reuniões de formação .
- Roteiro para análise das filmagens de algumas reuniões e de algumas práticas da equipe escolar.
- Diário de campo das pesquisadoras - para complemento da coleta.

Os procedimentos tiveram início com a etapa preliminar que envolveu os procedimentos éticos, conforme carta de aprovação do Comitê de Ética. Na segunda etapa foram coletados os dados visando à caracterização dos participantes e avaliação da escola por meio da aplicação de questionário estruturado, bem como os dados sobre o rendimento dos alunos. A terceira etapa consistiu na aplicação do questionário com os pais e a entrevista com amostra de alunos e dos pais. Em seguida, na quarta etapa, foi desenvolvido, e está sendo, a intervenção via consultoria colaborativa de forma organizada por meio de reuniões previamente agendadas a fim de abordar os problemas da escola pública e sugerir de maneira colaborativa possíveis ações de melhoria ou até mesmo ações para soluções de tais problemas que se apresentam no cotidiano das escolas públicas. Na última etapa, será reavaliado o rendimento dos alunos, o IDEB da escola, as impressões da equipe escolar, alunos e pais por meio da aplicação do mesmo questionário estruturado e da entrevista final como medida de validade social.

A análise dos dados teve seu princípio com a tabulação dos dados do Desempenho escolar dos educandos comparando-os com a escala padrão. Em seguida foram analisados quali e quantitativamente as respostas estruturadas do questionário com a equipe escolar.

As gravações das entrevistas foram transcritas e os dados preliminarmente analisados por intermédio da análise de conteúdo, considerado por Bardin (1991) como um conjunto de técnicas de análises de comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. A análise do conteúdo permite ser

atribuída relevância aos comentários diretos extraídos das entrevistas, considerando-se as palavras empregadas e os seus significados, o contexto em que foram colocadas as ideias, a frequência, a extensão dos comentários e a especificidade das respostas.

Os questionários dos pais encontram-se em fase de tabulação e as entrevistas com pais e alunos sendo coletadas. Da intervenção, analisaremos os dados das filmagens, transcreveremos as gravações das reuniões de formação, bem como completaremos com informações do diário de campo das pesquisadoras, além disso, serão selecionados por meio de sorteio episódios dos diários de campo de todos os membros da equipe escolar. Ao elaborarem os episódios cada participante colocará um número sequencial. Todos os diários serão recolhidos, mas pelo volume de dados analisaremos alguns episódios aleatórios de cada participante que serão produzidos com relatos de suas práticas. Os dados serão descritos e analisados, agrupando em categorias de acordo com similaridade ou recorrência, pertinência e relevância para exame. Também analisaremos episódios de práticas de toda a equipe que serão filmados ao longo do projeto.

As categorias não serão estabelecidas *a priori* pelo fato da importância referente a construção das mesmas a partir do conteúdo presente nas respostas dos entrevistados ou nos episódios escolhidos, ou seja, a partir das falas se considera a possibilidade de obtenção de dados novos e diversificados, isso graças a flexibilidade da pesquisa qualitativa.

Como se trata de uma pesquisa em andamento, os resultados coletados até o momento envolve a aceitação de participação da equipe escolar, por meio de assinatura do termo de compromisso, realização de reuniões de formação ao longo do primeiro ano de realização do projeto, a saber 2010, até o momento as reuniões tiveram assuntos relacionados construção de uma escola aberta a diversidade que respeitando o direito fundamental dos educandos – Direito à Educação, fundamentando ações para a edificação de educação inclusiva que garanta o direito de ir e vir e de expressar-se, respeitando a individualidade e condições de aprendizagem de cada uma para que todos sejam beneficiados com uma escola de qualidade.

Durante a realização do projeto todos os participantes atuantes na escola tiveram tarefas a cumprir, sendo elas: a realização da reunião de pais com orientações feitas pelos pesquisadores, sobre os assuntos a serem abordados na reunião, descrição do mapa da sala, referindo-se aos aspectos pedagógicos da sala e a realização de anotações no diário de bordo, por meio

de narrativas, das práticas da vida na escola, assim como anotações das reuniões de formação e da reunião de pais.

Nestes encontros, vários exemplos de uma prática pedagógica visando ampliar a percepção da diversidade no grupo foram evidenciadas, como a realizada por uma professora em 2010 que foi a confecção de uma colcha de retalhos que a partir da leitura de vários livros e transposição de desenhos relacionados às leituras, para os retalhos foi confeccionado a colcha de retalhos dos vários livros apresentados e lidos pela professora, desta forma foi possível registrar as impressões dos educandos sobre cada livro lido. O projeto colaborou para incentivar a leitura aos alunos, expressar-se por meio de forma artística e registrar o conhecimento adquirido de maneira não usual.

O projeto Escola Legal – recreio dirigido, que tem como objetivo acompanhar o momento de lanche e lazer dos alunos proporcionando aprendizagens em momentos lúdicos por meio de atividades de recreação, vale ressaltar que este projeto, por ter obtido sucesso, teve continuidade no ano corrente. O projeto Troca de Saberes, foi desenvolvido no ano de 2010 com pretensão de nova versão no ano de 2011 mais precisamente no segundo semestre.

Este projeto envolve a comunidade escolar externa contemplando as mães e/ou responsáveis pelo educando, com o objetivo de oferecer aos participantes a oportunidade de aproximação das mães e/ou responsáveis com o cotidiano escolar, na colaboração de construção de materiais por meio da utilização de artigos de artesanato e trabalhos manuais aprendidos durante a participação no projeto.

O projeto Parada Literária realizado em 2010, pela adesão dos alunos foi mantido no ano de 2011, o qual em um determinado momento (previamente determinado e combinado) a escola toda “para” para ter um momento de leitura, uma música clássica é colocada (em todos os lugares da escola é possível ouvi-la) e enquanto a música é tocada todos estão lendo ao parar da música (após 15 minutos) a escola retorna a rotina.

Além dos projetos que tiveram continuidade em 2011, a escola elaborou novos projetos, como o “Lógica? É lógico! Relacionado a aprendizagem da matemática com o objetivo de proporcionar a descoberta da matemática como possibilidade de olhar ordenadamente para algo, percebendo que neste campo as coisas se relacionam, decorre uma das outras de forma lógica. Assim como, o projeto “Correspondência”, que

desenvolve o lado social dos educandos, utilizado a correspondência como meio de expressar suas experiências, valorizando seus conhecimentos e fazendo as trocas com educandos da mesma faixa etária de outra escola.

Uma ação já realizada na escola, e que chamou a atenção de todos foi o projeto “Esse carnaval tem marchinha na escola do meu coração”, elaborado e executado pela agente educacional – merendeira da escola, baseado na interdisciplinaridade, com o objetivo de resgatar a cultura carnavalesca e apresentar carnavais de outras época aos alunos, findando com exposição de desenhos e textos sobre o tema e com uma grande festa de carnaval organizada pela idealizadora do projeto com aval da direção.

Como se trata de uma pesquisa-ação-colaborativa, todas as ações do projeto são discutidas em grupos, desta forma foram decididos datas para as reuniões de formação, escolha dos materiais a serem utilizados na escola como: livros e jogos.

A produção do conhecimento e sua aplicação à comunidade deve ser meta das universidades públicas, sobretudo, o atendimento das demandas dos diferentes segmentos da sociedade, na busca de solucionar os problemas concretos e desenvolver as potencialidades para a melhoria da qualidade de vida da população.

O processo de escolarização precisa usar e valorizar a diversidade humana que compõem nossa sociedade, levando em conta a cultura, a história de vida, as habilidades, os interesses e o ritmo de cada indivíduo, valorizando as diferenças e proporcionando oportunidades para todos.

Não podemos pensar que tornar nossas escolas mais inclusivas é uma tarefa fácil. A perspectiva filosófica da inclusão escolar quando traduzida em políticas é extremamente complexa (MENDES, 2006), mas se trata de um imperativo moral, pois a sociedade brasileira não pode mais comportar uma escola tão excludente.

O educador deve ser formado inicialmente ou continuamente para valorizar e trabalhar com essas diferenças no processo ensino-aprendizagem que auxiliem a ativa participação na busca de igualdade, da cidadania, do pleno desenvolvimento de cada aluno, pois este é um princípio humano a nós garantido como direito fundamental.

Referências

ANDRÉ, M.E.D.A. de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

ARAUJO, L. A. D. A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência: algumas dificuldades para efetivação dos direitos. In: SARMENTO, D.; IKAWA, D. & PIOVESAM, F. (Coord.). **Igualdade, diferença e direitos humanos**. Rio de Janeiro: Ed. Lumen Juris, p. 911-923, 2010.

ARSENIO, I. **Análise dos obstáculos à inclusão escolar da pessoa com deficiência**: uma revisão da literatura especializada. São Carlos: Suprema, 2007.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Rio de Janeiro: Edições 70, 1991.

BARROS, L.A. **Suporte a ambientes distribuídos para aprendizagem cooperativa**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 1994.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em Educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Versão Preliminar dos Referenciais para a Construção de Sistemas Educacionais Inclusivos**. Ministério da Educação Brasília. 2003.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades do ensino colaborativo para o processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos. 2004.

CAPLAN, G.; CAPLAN, R.B. **Mental Health Consultation and Collaboration**. San Francisco: Jossey-Bass. 1993.

CLARK, C.; MOSS, P.A.; GOERING, S.; HERTER, R.J.; LAMAR, B.; LEONARD, D. ROBBINS, S.; RUSSEL, M., TEMPLIN, M. & WASCHA, K. Collaboration as dialogue: Teachers and researchers engaged in conversation and professional development. **American Educational Research Journal**. Nº 33, 193-231, 1996.

CLARK, R.W. School – University relationships: an interpretive review. In: SIROTNIK, K.A. & GOODLAD, J.I. (Eds). **School-university partnerships in action**: Concepts, cases, and concerns. New York: Teachers College Press, p. 32-65, 1988.

DANIELS, H., CREESE, A., NORWICH, B. Supporting collaborative problem-solving. In HARRY DANIELS (ed.) **Special Education Re-formed**: beyond rhetoric? London: Falmer Press, 2000.

ERCHUL, W. P. Two steps forward, one step back: Collaboration in school-based consultation. **Journal of School Psychology**, n.37, 191-203, 1999.

ERCHUL, W. P., RAVEN, B. H., & WILSON, K. E. The relationship between gender of consultant and social power perceptions within school consultation. *School Psychology Review*, 33, 582-590, 2004.

FRIEND, M.; COOK, L. Collaboration as a predictor for success in school reform. **Journal of Educational and Psychological Consultation**, n. 1, 69-86, 1990.

GIOVANNI, L.M. Do professor informante ao professor parceiro: reflexões sobre o papel da Universidade para o desenvolvimento profissional de professores e as mudanças sociais. In: **ANAIS IX. ENDIPE** (CD-Rom). Águas de Lindóia, SP, 1998.

HUNTINGTON, B.A. Collaborative consultation in the regular and especial educators. SSTA. Research center report. Disponível em: <http://www.saskschoolboards.ca/EducationServices/ResearchAndDevelopment/ResearchReports/StudentsDiverseNeeds/91-09.htm> Acesso em 20 abr 2008.

IDOL, L., PAOLUCCI-WHITCOMB, P; NEVIN, A. **Collaborative consultation** (3rd ed.). Austin, TX: Pro-Ed. 2000.

KAMPWIRTH, T. J. **Collaborative consultation in the schools**: Effective practices for students with learning and behavior problems. New Jersey: Merrill Prentice Hall, 2003, p.41X.

MENDES, E. G. A **radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Ver. Bras. Educação, set-dez, v. 11, n.33, p. 387-395, 2006.

MENDES, E. G. ; TOYODA, Cristina Yoshie ; BISACCIONE, Paola . SOS inclusão escolar avaliação de um programa de consultoria colaborativa com base em diários de campo. In: JESUS, D.M.; BAPTISTA, C.R.; BARRETO, M.A.S.C.; VICTOR, S.L. (Org.). **Inclusão escolar, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Mediação, 2007, v.1, p. 77-90.

MENDOZA et al. In: **Módulo V - Direito à Educação, Direito ao Trabalho e à Seguridade Social**. Curso online: Direitos Humanos e Mediação de Conflitos, 2008.

MIZUKAMI, M.G.N. Docência, trajetórias pessoais e profissionalização. In: REALI, A.M. & MIZUKAMI, M. da G. **Formação de professores**: Tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar/Finep, p. 25-45. 1996.

PACHECO, José. **Caminhos para a inclusão**. Um guia para aprimoramento da Equipe escolar. Porto Alegre: Artmed, 2007.

PIMENTA, S.G. Formação de Professores: identidade e saberes da docência. In PIMENTA, S. G. Saberes pedagógicos e atividade docente. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

PRIETO, R. G. A formação de profissionais da educação e o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais no sistema regular de ensino. **Ebulição**. Série de Debates 'Desafios da Conjuntura', São Paulo, p. 8 - 9, 20 mar. 2007.

SANTOS, M.P. Desenvolvendo Políticas e práticas inclusivas “sustentáveis”: o lado carioca de uma pesquisa internacional. In: MENDES, E.G.; ALMEIDA, M.A.; WILLIAMS, L.C. de A. (org.) **Temas em educação especial**: avanços recentes. EDUFSCar, 2004, p.213-219.

STEIN, L.M. **Teste de Desempenho Escolar - TDE**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.